

ANGELA ALONSO

# Flores, votos e balas

*O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*



Copyright © 2015 by Angela Alonso

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Capa*

Raul Loureiro

*Foto de capa*

Detalhe da obra de José Irineu de Sousa, *Fortaleza liberta*, óleo sobre tela, 40 x 30 cm

*Mapas*

Sônia Vaz, com base em *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes

*Preparação*

Cláudia Cantarin

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Revisão*

Ana Maria Barbosa

Jane Pessoa

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Alonso, Angela

Flores, votos e balas : o movimento abolicionista brasileiro  
(1868-88) / Angela Alonso. — 1<sup>a</sup>ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2661-3

1. Brasil – História – Abolição da escravidão, 1888 2. Escravos – Brasil – Emancipação 1. Título.

---

15-09326

CDD-981.04

Índices para catálogo sistemático:

1. Abolição da escravidão : Brasil : História 981.04
2. Escravidão : Abolição : Brasil : História 981.04

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORAS SCHWARZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

# Sumário

<i>Siglas</i> .....	9
<i>Apresentação</i> .....	13
1. Abolicionismo de elite .....	23
2. Escravismo de circunstância .....	51
3. O repertório moral do abolicionismo .....	85
4. A teatralização da política .....	113
5. Expansão .....	152
6. Abolicionismo de resultados .....	186
7. Votos: a aliança movimento-governo.....	236
8. Balas: movimento e contramovimento .....	280
9. A marcha da vitória.....	330
O futuro do pretérito .....	361
<i>Agradecimentos</i> .....	371
<i>Notas</i> .....	373

## ANEXOS

<i>Tabelas</i> .....	428
<i>Mapas</i> .....	431
<i>Associações abolicionistas brasileiras (1850-88)</i> .....	435
<i>Bibliografia</i> .....	447
<i>Sobre as fontes</i> .....	481
<i>Cronologia</i> .....	489
<i>Créditos das imagens</i> .....	503
<i>Índice remissivo</i> .....	505

# 1. Abolicionismo de elite

## O ENGENHEIRO DOS DIQUES MÚLTIPLOS

André Rebouças nasceu em meio a uma revolução. Naquele 1838, seu pai depositou esperanças na consolidação do Segundo Reinado, nem ainda parido e já sob risco, qual seu primogênito:

Para animar a minha boa mãe, que chorava ao ver fugirem de mim, doente de bexigas, os passageiros do barco, que saíam de Cachoeira [Bahia], ameaçada pelos revolucionários da Sabinada, [uma senhora desconhecida] tomou-me nos braços e beijava-me repetindo o incrível feito de santa Isabel, rainha da Hungria.

Medraram ambos, o menino e o Segundo Reinado. Destinos entrelaçados até o desenlace, em meio à nova revolução, quando seria a vez de André se compadecer de outra Isabel, rainha sem trono.

Como o Segundo Reinado, André ganhou viço. Cresceu inapartável do irmão Antônio, que a mãe, filha de comerciante, criou

com mais cinco, sob o olho diligente do dr. Antônio Pereira Rebouças. Doutor mesmo sem diploma — embora com dois irmãos formados na Europa, um violista, outro médico. Rebouças pai se fez na vida. Ganhou o direito de advogar por serviços políticos prestados na Independência e na Sabinada e por seu talento para estar no lugar certo na hora certa. Pelas sendas imperiais de ascensão social — talento, educação, patronagem —, virou deputado, provincial e geral, e jurisconsulto, advogando para o Conselho de Estado. Abriu escritório na Corte, quando André fazia sete anos. Coroou o novo status adquirindo um lote de escravos domésticos.

Dr. Rebouças transmitiu a André seu senso de oportunidade. Em 1859, matriculou-o, com o irmão, na Escola Central, carreira B do Império. O direito era a trilha A, da elite política. Experiente nas dificuldades da política imperial, encaminhou a prole para a engenharia, via para os negócios. No meio da faculdade, os moços fizeram a clássica viagem de formação pela Europa. André morou em Paris. Passou por Brest, Marselha, Arles, pencas de obras e aulas de engenharia civil. Em Londres, estudou muito, sem faltar às festas da legação brasileira.

Voltou querendo para si um papel misto de engenheiro empreendedor e político reformista. Mas sem diploma de comprovação dos estudos, motivo de dor de cabeça futura. De imediato, afluíram empregos: inspetor de fortalezas, de Santos a Santa Catarina, em 1863. André revelou-se usina de projetos e talento de lobista. Com o pai, fez a via-sacra por chefes do Partido Liberal, então no governo, e assim viabilizou experiência de diques múltiplos. O imperador assistiu e o condecorou.

Estabeleceu-se por talentos complementares. Em tudo empregava a trigonometria, traçava planos e metas, homem sistemático, meticuloso. Cultivava relações, arrodeava autoridades e, por modos macios, avançava pleitos, promoções, salários. Assim trafegou em obras por Maranhão, Minas Gerais, Pará, Ceará. Conheceu poten-

tados, presidentes de província, engenhos de farinha. Deparou com barcos quebrados, batizados, jacarés. Dormiu tanto nas melhores casas quanto ao relento. Engenheiro Rebouças, o industrioso. Por onde passava propunha melhorias. O acanhamento do interior inflamava sua índole modernizadora — e os saraus locais desalentavam seu ouvido de operista. Conviveu com elites dos rincões e com escravos, seus assessores nas obras civis. Observá-los ao trabalho acabou por comovê-lo, como registrou em seu diário, em 1863: “Assim não tivessem os nossos antepassados manchado a Terra de Santa Cruz com o abominável tráfico de africanos!”.

Duas notícias quebraram sua toada: o início da guerra do Brasil com o Paraguai e a dos credores com os Rebouças, que os obrigaram a dispor de prataria e brilhantes. Somaram-se adversidades com suas obras e empresas, tidas por utópicas. Foi então em romaria ao imperador e a líderes do Partido Conservador, como o futuro visconde do Rio Branco, e, assim, em 1865, virou primeiro-tenente do corpo de engenheiros do Exército no Paraguai. Na guerra como na paz, planificador: projetos para batalhas, a região, o país, com os quais entupiu generais e o príncipe consorte, de cuja sombra não saía.

A morte da mãe virou essa página. Adoeceu novamente de bexigas. De volta ao Rio de Janeiro, quis ser professor da Escola Central. O périplo: Rio Branco, então diretor da faculdade, Zácarias de Góis e Vasconcelos, que era o chefe de governo, o imperador, lobby democrático por Membros do Partido Liberal e Conservador, cortesãos. Mas os cargos tinham muitos candidatos, e o Império, muitas corriolas. Na espera, leu Stuart Mill e inventou aparelho para reter torpedos. Por fim, ei-lo inspetor da companhia de gás e, depois, gerente das obras da Alfândega, com salário que “excedeu a toda a minha expectativa”. A roda girava: André passou a receber pedidos de favores. Aos 29 anos, tinha bolso cheio, trânsito franco por partidos e salões, até no dos príncipes,

onde teve a honra de dançar com senhoras da Corte do imperador, inclusive a princesa. Eventos que usava para se entrosar nas rodas masculinas da política e dos negócios.

Em meio a experiências com escafandros, em 1867, recebeu o pedido de um engenheiro, seu subordinado numa das empresas que geria, para que alforriasse o operário Chico, decano das obras hidráulicas. Foi quando sua atenção recaiu sobre o assunto. Libertou o escravo e passou a trabalhar em projeto de lei de impostos sobre a escravatura. A abolição, julgou, era indispensável para o progresso do país. No ano seguinte, em 10 de abril, decidiu pôr no papel ideias sobre a emancipação dos escravos. Mas se viu acusado do contrário. É que, ocupando posições cobiçadas, suscitava inimizades. Em 1868, ao apresentar o projeto de uma Escola de Arar, na Escola Central, onde obtivera cadeira, recebeu em cheio, o imperador presente, a pecha de “esclavagista”. Então, alforriou “nossa cria Guilhermina”, para honrar sua resposta:

Sou abolicionista de coração e aproveito esta solene ocasião para declará-lo. Não me acusa a consciência ter deixado uma só ocasião de [...] fazer propaganda para abolição dos escravos, e espero em Deus não morrer sem ter dado ao meu país as mais exuberantes provas da minha dedicação à Santa Causa da Emancipação.<sup>1</sup>

O engenheiro empresário pôs ali seus diques múltiplos a serviço do abolicionismo. Nos vinte anos seguintes, as provas exuberantes as daria todas.

#### PRUDÊNCIA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Naquele 1868, a abolição assombrava o sistema político. A conversa começara antes, com a nação, e quando Rebouças apren-

dia as primeiras letras, na segunda metade dos anos 1840, o ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, e seus companheiros de governo e do Partido Conservador sofreram aperto da Inglaterra para estancar o tráfico negreiro.

O Brasil fora escravista em ampla companhia até o século XVIII, mas na primeira metade do XIX a cena se alterou. Um grande ciclo de abolições começou por São Domingos (Haiti), onde a revolução liderada pelo negro Toussaint-Louverture, em 1791, aboliu a escravidão dos negros, depois de cortar cabeças de brancos de três exércitos imperiais. Em 1807, o Império Britânico e os Estados Unidos acabaram com o tráfico em seus domínios. Em 1815, um congresso em Viena, com a participação de Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos. A maioria das colônias espanholas da América fez, no início do século XIX, um dois em um: independência e abolição. Ao longo dos anos 1820, o cativeiro acabou no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia, México. Na década seguinte, foi a vez da Guiana Inglesa e das ilhas Maurício. É controverso se a razão desse dominó foi econômica, com a expansão de formas capitalistas de produção, que consumiam trabalho livre e requisitavam novos mercados consumidores, ou se se deveu à difusão de nova moralidade humanista, a reclamar extensão de cidadania.<sup>2</sup> Indisputável é que a sequência de abolições criou novo ambiente político internacional, no qual a escravidão quadrava mal.

Desde a Independência, o Brasil recebia demandas do Império Britânico, maior potência mundial, para andar nesse passo. Tratados de proibição do comércio negreiro, em 1826 e 1831, foram o preço inglês para reconhecer a nova nação. A reiteração mostra a pouca vontade nacional de aplicá-los. No sistema político soçobraram as poucas iniciativas para abrir caminho de emancipação progressiva, como a de José Bonifácio de Andrada junto à

Assembleia Constituinte, em 1823. O mesmo se deu na Regência. O tráfico, formalmente extinto, voltou a todo vapor em 1835, e daí até 1850 entraram 600 mil escravos no país. Na virada para os anos 1850, já no Segundo Reinado, a Inglaterra deu o ultimato: policiou embarcações, apreendeu escravos contrabandeados e ameaçou a soberania nacional com navios nas imediações da costa brasileira e rugido de canhoneiras. Sem remédio, o governo do Partido Conservador golpeou sua base social, de proprietários e traficantes de escravos, com lei que levou o nome de Eusébio de Queirós e que encerrou, de novo, o comércio ultramarino de africanos, em 1850. Dessa vez, a Marinha britânica ficou pelas costas brasileiras, conferindo a valia da palavra do país ao sul do Equador.

O governo compensou como pôde: entre a aprovação e a vigência da lei, franqueou os portos para importação massiva de africanos. Depois de 1851 entraram ainda 9309 africanos. Mas, em 1856, o desembarque clandestino de cerca de duzentos em Pernambuco custou ao chefe de governo novo aviso da Inglaterra. Então o tráfico acabou de vez. Corte violento do negócio mais lucrativo de todos, que nutria as famílias de proa e soprava na popa das contas estatais. Foi uma sangria de bolsos, desorganização de negócios, brados de humilhação pátria.

A ninguém ocorreu que assim acabasse a escravidão. Era a pedra angular da economia, de partidos e da sociedade aristocrática desde as origens da nação. Ao longo de cerca de três séculos, o Brasil foi o país que mais importou africanos: 5 848 265, cerca de 500 mil deles no Segundo Reinado.<sup>3</sup> Os escravos se espalharam, mercadoria acessível à maior parte da população. Proprietários de terras, profissionais liberais, o imperador, o grosso dos brasileiros, até ex-escravos tinham cativos. Empregavam-se em negócios e ofícios, no mundo privado e no público, no comércio e no Estado, nas ruas e nas casas. Embora sustentáculo da expansão agrícola, a escravidão não era só negócio de fazendeiro. Disseminada, esparra-

mou-se pela vida social. Base do modo de vida, bom negócio em si e esteio de todos os rentáveis. Pilar da hierarquia social e do estilo de vida do estamento dominante, estava na corrente sanguínea nacional. Alicerçava o sistema político, pois eleitos e eleitorado eram majoritariamente de proprietários de escravos. A escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural. A nação toda era escravista, o que retardou a conversão do tema em problema na agenda pública.

Quando o tráfico estancou, o escravo virou bem precioso e sua posse se concentrou nos estratos de mais renda e em áreas de agricultura de exportação.<sup>4</sup> Se isso gerou grande contingente de famílias com pouca ou nenhuma escravaria, sem interesse direto em manter a instituição, aumentou, em contraparte, o status dos possuidores. Quanto mais caro o bem, mais prestígio se afere por possuí-lo.

Depois de 1850, a política do escravismo consistiu em garantir o abastecimento da economia agrícola com tráfico de cativos entre as províncias e fazer o assunto girar em ponto morto nas instituições políticas. Por isso, em 1852, quando um deputado cogitou, na Câmara dos Deputados, uma Lei do Ventre Livre, isto é, a libertação dos filhos de escrava que fossem nascendo, para ir gradualmente acabando com a escravatura no Brasil, por conta tanto da artilharia do cruzeiro inglês como em nome da “sã política”, ouviu que a instituição se acabaria por meios naturais, pelo declínio vegetativo de uma população que vivia pouco e mal. O projeto nem sequer foi discutido, definido por um dos presentes como um sentimentalismo protestante: “Temos um novo Quaker! (*Risadas*)”.<sup>5</sup>

Fazer graça da orientação religiosa do abolicionismo anglo-americano não tornava menos séria a supervisão do governo inglês na efetivação dos tratados antitráfico. Em 1860, William Christie, ministro britânico no Brasil, denunciou a escravização

de africanos que considerou livres, porque importados depois do tratado bilateral de 1831. Reclamou da vista grossa do governo brasileiro para a transferência do Norte para o Sul do país de 34 688 escravos por via marítima, o que configuraria comércio atlântico proibido pelos acordos mutuamente firmados. A escaramuça azedou com dois incidentes envolvendo três ingleses presos por autoridades brasileiras, na virada de 1862 para 1863. Christie demandou indenização pecuniária a seus concidadãos. O governo recusou. O inglês então ordenou bloqueio naval do Rio de Janeiro por seis dias e captura de cinco navios brasileiros em águas nacionais. A defesa do tráfico interno foi fraseada como resistência ao ataque à soberania nacional por políticos e pelo imperador. Negociações difíceis liberaram o porto e, ao fim, romperam-se relações diplomáticas por dois anos.<sup>6</sup> O saldo da Questão Christie foi popularidade para o governo e a Coroa, afinal a sociedade era escravista, mas também escancarou que até o tráfico em águas nacionais seria difícil de manter.

O escravismo brasileiro não teve mais sossego. Nova onda abolicionista internacional devastou seus congêneres na Colômbia (1851), no Havaí (1852), na Argentina (1853), na Jamaica e na Venezuela (1854), no Peru e na Moldávia (1855), e a servidão acabou na Índia (1860) e na Rússia (1861). Em 1863, o processo chegou às colônias bávaras e chegaria de vez às portuguesas em 1869. No fim dos anos 1860, o Brasil estava escravista em companhia apenas de nações com as quais fugia de se ombrear: Zanzibar e Madagascar, Gana, Bulgária e o Império Otomano, que respectivamente carregaram o andor escravista até 1876, 1878, 1879 e 1882.

A elite brasileira conhecia, por livros, viagens, visitas de estrangeiros e jornais, os processos abolicionistas pregressos e contemporâneos. Essa variedade de experiências funcionou como um *repetório político*,<sup>7</sup> que orientaria discursos e decisões, tanto de abolicionistas como de escravistas, tanto o ativismo social quanto

a política de Estado. E deu norte para os brasileiros lidarem com a questão quando ficou impossível escamoteá-la.

Desse repertório extraíram modelos a seguir e exemplos a evitar. O desmonte do escravismo nos impérios inglês, francês, português e holandês pouco servia de parâmetro, pois neles a escravidão fora colonial e de ultramar. Bomba em casa, qual a nossa, quem ainda a tinha eram estadunidenses e cubanos, que, como os brasileiros, receberam massivo aporte de africanos e juntos formavam as maiores economias escravistas do continente. Isso mais a relativa proximidade geográfica fizeram deles nossos espe-lhos principais. O que corria num reverberava nos outros. Em 1861, a escravidão deu combustível para uma guerra civil nos Estados Unidos, cujo governo, em 1862, selou com a Inglaterra acordo para suprimir o tráfico negreiro e, no primeiro dia de 1863, lançou a *Emancipation Proclamation*, libertando os escravos do país. Ato contínuo, cubanos e porto-riquenhos fundaram a Sociedade Abolicionista Espanhola e o governo de Madri abriu debate sobre legislação antiescravista.<sup>8</sup>

Essa conjuntura internacional decantou, em parte da elite imperial, a convicção da inevitabilidade de medida emancipacionista para o Brasil não sobrar sozinho na praia escravista. Um olho mirou o desfecho indesejável, a Guerra Civil Americana. Temia-se reavivar o conflito entre regiões, traumático na Regência, com o desequilíbrio na distribuição geográfica da escravaria: a economia do café, consolidada no Vale do Paraíba carioca e na Zona da Mata mineira e se expandindo no Oeste Paulista, comprava escravos de negócios menos prósperos do Norte. Outro olho enxergou o andamento mais tranquilo da Espanha, que cogitava alforria de filhos de escravas à medida que nascessem e de escravos com mais de sessenta anos. A *Libertad de Vientres* funcionara em várias partes da América — Chile, Argentina, Vene-

zuela, Peru, Colômbia, Equador, Uruguai, Paraguai — e nas colônias portuguesas.

Esse passado serviu para pensar o futuro brasileiro em livros, artigos e propostas de lei no Brasil, que proliferaram a partir dos anos 1860. Aurélio Cândido Tavares Bastos, membro do Partido Liberal e seguidor atento da cena internacional — correspondia-se com a British and Foreign Anti-Slavery Society<sup>9</sup> —, via a escravidão como causa da miséria moral e material do país. Seu alvitre era extirpá-la aos poucos: aplicar a lei de 1831 (que libertaria os africanos chegados desde então), concentrar escravos no campo, taxar sua posse nas cidades, proibi-la a estrangeiros e prover emancipação gradual por meio de um pecúlio para a compra de alforrias, libertações anuais à custa do Estado e data-limite para acabar com a instituição em províncias com poucos cativos. A abolição era parte de agenda modernizadora rematada com pequena propriedade, imigração e expansão da rede viária. Já o Conservador Agostinho Marques Perdigão Malheiros, igualmente relacionado com a Anti-Slavery inglesa, apontou em seu livro *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, saído entre 1864 e 1867, o caráter juridicamente construído do cativeiro — em vez de emanção da natureza. Em 1863, já discursara na Ordem dos Advogados por uma Lei do Ventre Livre, à maneira do que se discutia na Espanha. O senador e visconde de Jequitinhonha foi mais longe. Para Estados Unidos, Rússia e Brasil, o problema era mais sério que nos impérios francês, holandês e português — escravistas em colônias de ultramar —, pois a escravidão vivia nas entranhas da nação. Para evitar uma guerra civil como a estadunidense, propunha solução à russa: abolição em quinze anos, sem indenização aos proprietários de escravos. Propostas como as desses três pingavam intraelite, extraparlamento. Todos à cata de resposta à pergunta de Tavares Bastos: “Como se poderá chegar à abolição sem revolução?”.<sup>10</sup>

A resposta era difícil. Apesar do declínio com o fim do tráfico, o volume de escravos seguiu alto. O censo de 1872 contaria 1 510 806 deles — ou 15,2% da população brasileira. Proporção maior em Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, que, juntos, abrigavam 61% dos cativos. Dentre os fluminenses, a proporção era de 1,67 livre para cada escravo.<sup>11</sup>

Se a demografia jogava a favor do escravismo, a geopolítica oferecia contrapeso. Além de antiabolicionismo doméstico, os ingleses passaram à campanha internacional. Em 1864, quando se anunciava o desfecho da guerra estadunidense, a British and Foreign Anti-Slavery Society enviou uma petição pelo fim da escravidão no Brasil a d. Pedro II. Naquele janeiro, o imperador escreveu ao chefe de governo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, que os acontecimentos dos Estados Unidos “exigem que pensemos no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo que a respeito do tráfico dos africanos”. Isto é, para não sofrer novo aperto externo. Membro da Liga Progressista, dissidência reformadora do Partido Conservador, Zacarias tinha na biografia a pertença à associação antiescravista Sete de Setembro — Sociedade Ypiranga e, como advogado, pleiteara, em 1863, alforrias em tribunal.<sup>12</sup> Em 1864, chefe de governo, atentou para a questão servil, mas faltou-lhe o tempo para providências, pois teve governo relâmpago, de janeiro a agosto. Ele saiu do ministério e ela, da pauta das instituições políticas.

Era o rumo contrário ao do resto do mundo. Em 1865, o norte abolicionista venceu nos Estados Unidos, com o assassinato do presidente Lincoln por rescaldo. Ato contínuo, em julho de 1866, a Espanha deu cabo no tráfico para suas colônias e acelerou as discussões de Lei do Vento Livre e dos Sexagenários.<sup>13</sup> O Brasil se insulava, em solidão escravista.